

A OCASIÃO PARA O PRÍNCIPE

José Luís BIZELLI¹

- **RESUMO:** Este trabalho busca compreender a estrutura do pensamento maquiavélico através da tensão existente entre alguns de seus conceitos fundamentais da atividade política. No caso, a “vontade” de transformação dos atores que desejam o poder e as determinações históricas.
- **UNITERMOS:** Vontade; determinações históricas; dominação; Estado.

O ponto de partida deste breve ensaio sobre Maquiavel não reside em uma proposta de recuperação das intenções originais do autor sobre sua época, com o intuito de produzir uma crítica ou refutação de sua filosofia; e nem mesmo em uma reconstrução sistêmica desta época para, rompendo o tempo histórico evolutivo, procurar diagnosticar no presente a “utilidade” das idéias do florentino.

Toda a tentativa de interpretação deste trabalho caminha no sentido de compreender a estrutura do pensamento maquiavélico através da tensão entre os conceitos fundamentais da atividade política expressos na obra do autor: a “vontade” de transformação dos atores que desejam o poder e as determinações históricas que limitam ou ampliam as possibilidades de execução das ações que se destinam à criação/transformação do Estado entendido como dominação.

Os tempos presentes poderiam prometer honras a um príncipe novo

No último capítulo de *O príncipe*, Maquiavel exorta a casa dos Médici a lutar para livrar a Itália das mãos dos bárbaros. A obra, resultado, segundo o próprio autor,

1. Departamento de Antropologia, Política e Filosofia – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP.

de quinze anos de experiência nas coisas do Estado, tem como interlocutora a realidade de uma Itália que, tendo sido o berço do mundo moderno, chega ao século XVI “mais escravizada do que os hebreus, mais oprimida do que os persas, mais desunida que os atenienses, sem chefes, sem ordem, batida, espoliada, lacerada e invadida,... (suportando) toda sorte de calamidades” (Maquiavel, 1973, p. 113).

O autor objeto deste estudo não era apenas versado em História Antiga, mas também dialogava com eloquência com os acontecimentos de seu território, dividido em vários reinos ou cidades-Estado. Este território dividido conhecera o apogeu de uma era luminosa, em que violentas transformações econômico-sociais e políticas deslocaram o eixo da existência material do campo para a cidade, a qual passou a abrigar as forças libertas da servidão à terra.

Já no século XIII a Itália dá demonstração da fragilidade de seu Estado Feudal, que não consegue reorganizar-se em nível nacional. A luta do papado, sustentada pelas cidades mercantis do norte, contra Frederico II da casa dos Hohenstaufen, não só colocou um fim no sonho deste último de criar um Estado Imperial unitário para toda a península, como também enfraqueceu o Estado pontifício, que acabou deportado para Avignon.

As cidades do norte e do centro viram-se, assim, em liberdade para o seu próprio e fascinante desenvolvimento político e cultural. O eclipse simultâneo do império e do papado fez a Itália o elo mais fraco do feudalismo ocidental: de meados do século XIV à metade do século XVI, as cidades entre os Alpes e o Tibre viveram a revolucionária experiência histórica a que os próprios homens chamaram “Renascença” – o renascimento da civilização da Antiguidade clássica, após a escuridão intermediária da Idade Média. (Anderson, 1985, p. 148)

O Renascimento prenuncia a era que estará sob a égide do capital. Esta riqueza urbana, gerada por pequenos traficantes que, através do desenvolvimento da economia mercantil, transformaram-se em grandes comerciantes, propicia um espírito democrático – entendido, aqui, simplesmente como oposição ao *status quo* – de mudança, canalizando o descontentamento mais geral contra os dominadores representados na nobreza e no alto-clero (Martin, 1966).

No campo das relações econômicas, a racionalidade do trabalho livre substitui a ética do trabalho feudal, minando todos os campos das relações sociais. A nova classe dominante formada pelos ricos – fossem eles burgueses (comerciantes e industriais) ou nobres (proprietários rurais) – passa a consolidar, assim, a determinação do fator econômico sobre o político. Não há mais lugar para a dominação baseada nas doutrinas religiosas; o cálculo racional do ganho deve-se transformar em racionalidade política.

O homem, através do dinheiro, tem possibilidades infinitas de acumular. Neste processo o tempo adquire uma importância capital. É um tempo dinâmico, apropriado como mercadoria útil para quem quer ser dono das coisas e trabalha para si próprio. O trabalhador burguês rompe com o tempo natural marcado pelo nascer e pôr-do-sol. Liberto das amarras da terra e de Deus, que já não interfere em seus atos, o engenheiro

burguês quer dominar tanto a natureza – por meio das Ciências Naturais, do aperfeiçoamento técnico que permite a transformação racional da matéria, através do trabalho, em proveito próprio –, quanto o homem – por meio do controle do poder, da Ciência Política.

Este homem novo, desejoso de exercer o seu domínio, é exortado por Maquiavel a cumprir o desígnio moderno: “pensando comigo mesmo se, na Itália, os tempos presentes poderiam prometer honras a um príncipe novo e se havia matéria que desse, a um que fosse prudente e valoroso, oportunidade de introduzir uma nova ordem que lhe trouxesse fama e prosperidade para o povo, pareceu-me que há tantas coisas favoráveis a um príncipe novo que não sei de época mais propícia para a realização daqueles propósitos” (Maquiavel, 1973, p. 113).

Os países tentam passar da ordem à desordem e desta novamente à ordem

Maquiavel é o pensador que dá à Política o estatuto de ciência com o *status* da Física ou da Matemática (Horkheimer, 1984). As bases das Ciências Naturais da época moderna foram lançadas no Renascimento. A introdução da Matemática na Física e na Química permitiu que os fenômenos pudessem ser repetidos e controlados. Mas a sociedade não necessita apenas controlar os fenômenos da natureza: necessita também controlar os caminhos pelos quais o homem exerce o domínio sobre o próprio homem.

Diante da constatação de que os homens são dominados e se organizam em diferentes formas de governo, o autor em tela procura na história leis que possam ser apreendidas, possibilitando ao historiador/ator um determinado controle sobre os acontecimentos. Assim, o modo pelo qual os governos se organizam segue uma ordem natural.

Se a primeira forma que o governo assumiu foi a Monarquia, entregando o poder de chefia ao mais corajoso, ao mais esperto ou ao mais justo, como esta se transmite por herança e pela linhagem não há forma de evitar que decaia na Tirania. A Tirania está sujeita a golpes, revoltas e traições dos poderosos, que certamente estarão interessados em fundar uma Aristocracia. Seus filhos, porém, certamente estarão entregues às ambições e à luxúria, gerando Oligarquias e afrontando os direitos dos cidadãos, que mais cedo ou mais tarde lutarão pela Democracia. Este é o reino preferido da corrupção e facilmente se degenerará na Anarquia.

A lei dos ciclos históricos não aparece originariamente na obra de Maquiavel. Ela já está explicitamente formulada no livro VIII de Platão e principalmente em Políbio. Porém, em Maquiavel o círculo não se fecha sobre si mesmo, não se constitui enquanto uma repetição sem fim da seqüência das formas de governo, já que raramente se retorna ao ponto exato de partida, pois o próprio aprendizado por que passa uma república não lhe permite sofrer várias vezes as mesmas vicissitudes. Em vez de um

círculo fechado temos um espiral que possibilita a mudança ou mesmo a incorporação deste Estado por outro mais poderoso. Quando se chega a um ponto de fragilidade extrema, a possibilidade de ser conquistado por um Estado vizinho, governado com maior sabedoria, é muito grande, dada a falta de força para que se retorne ao ponto de partida.

Portanto, a dinâmica das forças históricas cria e destrói Estados segundo impulsos internos ou externos. Cabe ao historiador/ator o estudo das leis históricas que regulam os acontecimentos. Só quem sabe por que as coisas acontecem pode dizer como elas acontecerão: "Quem estuda a história contemporânea e da antiguidade verá que os mesmos desejos e as mesmas paixões reinaram e reinam ainda em todos os governos e em todos os povos. Por isto é fácil, para quem estuda com profundidade os acontecimentos pretéritos, prever o que o futuro reserva a cada Estado, propondo os remédios já utilizados pelos antigos ou, caso isto seja possível, imaginando novos remédios baseados na semelhança dos acontecimentos" (Maquiavel, 1979, p. 129).

Dessa forma, Maquiavel desvenda a chave para uma história em movimento espiral. Primeiramente pontos fixos, regras, estruturas que, perpassadas pelo tempo, mantêm suas características nucleares, mas não se reproduzem necessariamente da mesma maneira, porque são crivadas por uma idéia de que as coisas não se repetem da mesma maneira, já que os atores se modificam na luta. Porém, mesmo o modificar-se dos atores responde a características impressas pelas suas próprias existências: mesmos desejos/mesmas paixões, controladas/domadas/remediadas apenas por aqueles que se dediquem a entendê-las.

Fechando um cone invisível ao redor desta espiral, teremos o movimento natural das configurações sociais que oscilam entre a ordem e a desordem: "Os países, na maioria das vezes, em seus movimentos de mudança, tentam passar da ordem para a desordem e de novo da desordem para a ordem. Isto por que, não sendo da natureza das coisas dos homens manter-se inalteradas, quando elas atingem a mais alta perfeição, não havendo como subir mais, são obrigadas a descer. Similarmente, quando se encontram embaixo, nas profundezas da desordem, não podendo descer mais, iniciam sua ascensão. Assim, do bem se desce ao mal, e do mal se ascende ao bem. Porque a *virtù* traz à luz a tranqüilidade, a tranqüilidade o ócio, o ócio a desordem, a desordem a ruína. Similarmente, da ruína nasce a ordem, da ordem a *virtù* e desta a glória e a fertilidade" (Maquiavel, 1972 - II, p.11, tradução do autor).

Torna-se necessário saber empregar convenientemente o animal e o homem

A forma como se origina o governo perde importância na obra de Maquiavel, em relação à constituição de um Estado que exerça a dominação. Este Estado deveria

ser centralizado e regido pelos princípios da razão, ou seja, estar desvinculado da moral e da religião, ser largo e autônomo, não respondendo a nenhuma autoridade externa e não admitindo que nenhum grupo interno pretenda contrapor-se ou escapar ao seu poder.

Dois exemplos da biografia fantasiada de Castruccio Castracani (Maquiavel, 1982) podem elucidar estas afirmações.

O primeiro refere-se ao como lidar com grupos internos desgostosos. Quando Castruccio deixa sua cidade, Luca, para uma expedição militar, uma família – os “di Poggio” – tenta tomar o poder. Stefano di Poggio, idoso e pacífico, convence seus familiares a depor as armas e, com o retorno de Castracani, oferece-se como mediador, levando os pedidos dos conspiradores ao senhor de Luca:

Castruccio respondeu graciosamente, com palavras de conforto e boa disposição, demonstrando pensar que o fato de que o distúrbio tinha sido estancado era mais importante do que sua ocorrência; pediu a Stefano que viesse com todos os reivindicadores à sua presença dizendo que agradecia a Deus pela oportunidade de mostrar sua clemência e liberdade. Mas quando todos se apresentaram, confiantes em Castruccio e Stefano, foram, juntos com este último, aprisionados e mortos.

(...), Castruccio, para não voltar a correr os perigos de antes, reprimiu com alegações variadas todos os que em Luca pudessem ambicionar o poder; a alguns perdoou, privando-os só da pátria e dos bens, mas aos que pôde tirou a vida, afirmando que a experiência demonstrava que nenhum deles poderia ser-lhe fiel. E para maior segurança erigiu uma fortaleza em Luca, com o material retirado daquele que tinha expulsado ou morto. (Maquiavel, 1982, p. 51)

No segundo exemplo, podemos entender o que acontece com as cidades que necessitam de apoio externo para exercer o poder. Pistóia era uma cidade dividida em dois partidos: negros e brancos. Os chefes dos dois partidos – Jacó da Gia, dos negros, e Sebastião di Possente, dos brancos – pedem auxílio a Castracani para dominar a fração oposta. O lucano promete ajuda a ambos: vai pessoalmente visitar Jacó e manda Pagolo Guinigi, homem de confiança seu, ter com Sebastião.

Uma vez na cidade, Castruccio, num momento oportuno, mandou um sinal para Pagolo, e logo o primeiro (Castruccio) matou Jacó e o segundo (Pagolo), Sebastião. Todos os seguidores do chefe branco e do chefe negro foram presos ou mortos. Percorrendo a cidade sem encontrar oposição, Castruccio chegou à sede do governo de Palagio, obrigando o povo local a jurar-lhe obediência, perdoadando muitas dívidas antigas e fazendo numerosas doações. Agiu de tal modo que a população, que acorrera para ver o novo príncipe, se tranqüilizou, cheia de esperanças, comovida com suas qualidades. (Maquiavel, 1982, p. 51-2)

Este Estado, porém, de soberania absoluta e ilimitada não terá grandes problemas para impor o interesse geral sobre os desejos dos particulares, “já que os homens, quando bem governados, não desejam maior liberdade” (Maquiavel, 1979, p. 312). “Desde que não se tirem aos homens os bens e a honra, vivem estes satisfeitos, e só se deverá combater a ambição de poucos, a qual se pode soffrear de muitos modos e com facilidade” (Maquiavel, 1973, p. 83).

Na verdade, nesses dois trechos podemos identificar dois tipos de liberdade às quais os homens almejam. A primeira é aquela almejada por todos, a de serem "bem governados", ou seja, aquela que garante ao cidadão poder desenvolver suas atividades produtivas sem o perigo de ter sua vida, suas posses ou sua honra agredidas por outrem. A segunda, "ambição de poucos", apresenta-se, efetivamente, nos que querem participar da gestão das coisas do Estado e a estes o governante deve oferecer ou a sua mão ou a espada.

O sentido da liberdade individual, portanto, repousa nos conceitos da lei e da ordem. No entanto, é das divergências políticas geradas no seio dos diferentes grupos sociais que nasce a lei:

Os que criticam as contínuas dissensões entre os aristocratas e o povo parecem desaproveitar justamente as causas que asseguraram fosse conservada a liberdade de Roma, prestando maior atenção aos gritos e rumores provocados por tais dissensões do que aos seus efeitos salutares. (...), pois os bons exemplos nascem da boa educação, a boa educação das boas leis, e estas das desordens que quase todos condenam irrefletidamente. De fato, se se examinar com atenção o modo como tais desordens terminaram, ver-se-á que nunca provocaram o exílio, ou violências prejudiciais ao bem público, mas que, ao contrário, fizeram nascer leis e regulamentos favoráveis à liberdade de todos. (Maquiavel, 1979, p. 31)

Em oposição ao pensamento medieval, Maquiavel concebe este Estado racional, responsável pela execução da lei, como uma entidade política secular. Totalmente separado da Igreja. Como aponta Lauro Escorel (1979), o pensamento ocidental traz consigo um dualismo que separa como coisas inconciliáveis a ética e a política. Opõe-se, assim, a salvação eterna à conquista e manutenção do poder.

É nesse sentido que Maquiavel tem os olhos postos na Antigüidade greco-romana, no que diz respeito à religião. Na Antigüidade, é o Estado a fonte da política e da moral. As virtudes, produzidas pela boa educação, pela religião e pelos costumes, direcionam o cidadão para que ele se transforme em um patriota. O valor supremo é o bem da pátria. Os cidadãos de Roma são vistos por Maquiavel como homens exaltados, guerreiros, heróis mundanos, ambiciosos, fortes. Os cristãos, por sua vez, são fracos, humildes, contemplativos, conformados, decadentes. Fundamentalmente é isto que a religião cristã faz: produz seguidores decadentes, ou seja, corrompe as virtudes guerreiras e o devotamento patriótico no homem que aspira ao poder.

Na Antigüidade greco-romana, o florentino vai buscar a metáfora que agrega as leis à força, dando instrumentos ao governo de manter o Estado. É o centauro Quiron, metade homem e metade animal, que ocupa a função de preceptor dos príncipes, já que "existem duas formas de se combater: uma pelas leis, outra, pela força. A primeira é própria do homem; a segunda, dos animais. Como, porém, muitas vezes a primeira não seja suficiente, é preciso recorrer à segunda. Ao príncipe torna-se necessário, porém, saber empregar convenientemente o animal e o homem" (Maquiavel, 1973, p. 79).

Virtù e Fortuna

Maquiavel está preocupado com o homem de Estado, aquele que responde pelos interesses da coletividade e sofre suas pressões, antepondo-se ao indivíduo que pode dispor de sua vida privada em função de um valor moral superior. A ética individual exige uma transparência que é alheia à atividade política. Ao homem público pede-se que aparente possuir qualidades, tais como piedade, fidelidade, humanidade, integridade ou religião, sabendo, no entanto, trilhar os caminhos do mal se a isso estiver obrigado.

O homem moderno da Renascença está intimamente ligado com a expansão do mundo burguês, com o trabalho referenciado pela habilidade para o “ganho”. Maquiavel despreza profundamente a aristocracia improdutiva: o bem-estar depende dos profissionais ligados à ética do trabalho. O líder, porém, que almejar conduzir os destinos de um povo, conquistar o Estado, exercer o poder, deve, além de ter os olhos voltados à nova sociedade produtiva que se instala, ser talhado na brutalidade e nos métodos usuais do período medieval. É o *condottiero*, dotado de *virtù*, que será capaz de arrancar a Itália dividida da ruína e proporcionar as condições para a propriedade burguesa, através de um Estado que exerça a dominação.

Essa é a experiência vivida por Maquiavel ao lado de César Bórgia, traduzida em *O príncipe* e mitificada em Castruccio Castracani. O líder nato é talhado na batalha e rege suas ações como um chefe de exército solitário no comando. Da sua astúcia resulta o controle da situação. A ética que rege as suas decisões deve permitir um cálculo de perdas e ganhos que muitas vezes condena ao sacrifício parte de seus próprios comandados, ou métodos impiedosos contra seus inimigos. Porém, seus olhos devem estar voltados aos resultados de sua ação. No caso do homem público, seus olhos fixam-se no “bem-comum” que deve ser atingido.

Diante dos interesses conflitantes, o Estado deve fazer prevalecer, deve fazer reproduzir-se, a sociedade como um todo. O florentino tem consciência de que os conflitos sociais são inconciliáveis e determinados pelas diferenças econômicas que se estabelecem na própria produção das bases materiais da sociedade, como muito bem aponta Claude Lefort (1979, p. 141-54). São estes conflitos estabelecidos que impulsionam uma formação histórica rumo ao seu devir.

Nesse processo, algumas determinações escapam à astúcia do líder. Para dar conta daquilo que não depende da vontade dos homens, o autor lança mão do conceito de “fortuna”:

Penso poder ser verdade que a fortuna seja árbitra de metade de nossas ações, mas que, ainda assim, ela nos deixe governar quase a outra metade. Comparo-a a um desses rios impetuosos que, quando se encolerizam, alagam as planícies, destroem as árvores, os edifícios, arrastam montes de terra de um lugar para outro: tudo foge diante dele, tudo cede ao seu ímpeto, sem poder obstar-lhe e, se bem que as coisas se passem assim, não é menos verdade que os homens, quando volta a calma, podem fazer reparos e barragens, de modo que, em outra cheia, aqueles rios correrão por um canal e o seu ímpeto não será tão livre nem tão danoso. Do mesmo modo acontece com

a fortuna; o seu poder é manifesto onde não existe resistência organizada, dirigindo ela a sua violência só para onde não se fizeram diques e reparos para contê-la. (Maquiavel, 1973, p. 109)

O conceito de fortuna, como enunciado anteriormente, nos permite pelo menos duas concepções, segundo ênfases diferentes dadas à leitura. Ao final de uma primeira leitura parece ficar claro que a *virtù* do homem público, acoplada ao próprio desenvolvimento da ciência e da técnica, seria suficiente para contornar situações que se apresentassem como incontroláveis. A construção de diques e reparos, ou seja, o conhecimento e o controle da natureza dessacralizada, proporcionaria maior margem de manobra aos atores. Por outro lado, uma leitura mais atenta não deixaria escapar que a fortuna “quase” nos deixa governar a metade de nossas ações. Portanto, a dramaticidade de certas situações ata os atores envolvidos em um turbilhão conduzido pelo destino.

Nesse sentido, as lições do autor devem ser relativizadas pelos acontecimentos.

Caminhamos para uma conquista certa?

Maquiavel foi, antes de tudo, um homem que se preparou para exercer atividades ligadas à vida pública. Ocupou a Secretaria da Chancelaria de Florença, secretariando também a Comissão dos Dez, ou seja, foi assessor político e representante diplomático. Ao ser alijado da vida pública, após pouco mais de dez anos de serviço, fez da pena seu instrumento de trabalho, para procurar influenciar a fortuna a seu favor. Assim, faz sentido a discussão entre Castruccio e o filósofo, quando o primeiro compara o segundo aos cães que estão sempre próximos dos que podem alimentá-los melhor, recebendo a seguinte resposta: “Ao contrário, somos como os médicos, que vão à casa dos que têm deles maior necessidade” (1982, p. 59).

Da mesma forma, desenvolveu o florentino o outro lado da *virtù*, da astúcia sem armas, e, portanto, tinha presente a sua incapacidade para a liderança de um povo disperso em um território dividido e corrompido. A sua sensibilidade, porém, conseguia reconhecer na prosperidade do Renascimento Italiano as possibilidades para a formação de uma nação. Os reinos e cidades-Estado italianos apresentavam as características modernas: exércitos, tributos, burocracia, diplomacia, economia mercantil etc. Para lidar com toda essa estrutura do Estado-Nacional por nascer, o *condottiero* deveria ter ao seu lado um administrador que entendesse da máquina pública, que a fizesse funcionar, gerando efetivamente um aparato de dominação.

Diante das características citadas, uma mereceu atenção especial do autor. Maquiavel dedicou uma obra ao exército, onde aponta que a causa da falência dos Estados italianos é a falta de dirigentes que valorizassem os soldados:

Os italianos “não se desenvolveram como soldados por si próprios, sendo hoje criticados em todo o mundo. Contudo, não são culpados os povos, mas seus dirigentes, castigados, e que pagam um

justo preço pela sua ignorância, perdendo ignominiosamente o poder, sem dar exemplo de valor. (...) Não se deve crer jamais que se possa aumentar o prestígio das armas italianas senão pelo meio que apontei, empregado pelos soberanos de Estados poderosos da Itália. É algo que se pode fazer com homens simples, íntegros, não com os que são malvados, mal-orientados, ou com estrangeiros. Não se encontrará um bom escultor que pense fazer uma bela estátua com pedaço de mármore mal-aproprado, mas sim com uma peça íntegra. (1982, p. 41)

Um exército popular, chefiado por um *condottiero* de *virtù*, eleito pela fortuna, que viesse a transformar pela força o fragmentado território em uma nação. Se se pode dizer que a obra de Maquiavel tem uma mensagem central é esta.

Pensando nessa mensagem, muitos autores procuraram o público alvo do florentino. Para quem escrevia? Aos príncipes aos quais o autor dedica a obra, aos republicanos – como quer Rousseau (1973) –, ao príncipe “partido de massas” – como advoga Gramsci (1988) e é criticado por isso por Claude Lefort (1980, p. 5-25). Talvez a leitura mais apropriada, em relação a essa problemática, seja a de Horkheimer (1984), que considera que Maquiavel dá lições aos príncipes e aos seus inimigos, já que não está preocupado com a sorte do monarca, mas sim com que se promova o poder e a grandeza do Estado burguês enquanto tal. A sociedade burguesa nascente necessita de segurança como condição fundamental para o desenvolvimento das forças produtivas. Só um Estado-burguês poderoso será capaz de alargar as capacidades do comércio e da indústria, fortalecendo as forças econômicas e controlando as novas relações sociais, que se desenvolvem rapidamente.

Na verdade, o autor florentino olha para o absolutismo na França, na Inglaterra ou na Espanha, enquanto no território italiano a “Santíssima Liga” assinada em 1454 demonstrava que Milão, Veneza, Florença, Nápoles e o Papado tinham força para manter sua independência mas não eram fortes o suficiente para subjugar os demais.

Maquiavel (1453-1527) tem, ante esse quadro, os olhos postos em um horizonte distante do seu tempo. Sua obra se constrói entre a escolástica e as utopias – como a de More (1478-1535), a de Bacon (1558-1626) ou a de Campanella (1568-1639). O seu príncipe não tem nada em comum com aquele “dever ser moral” esboçado por Erasmo de Rotterdam (1465-1536), mas é um homem que carrega todas as determinações do mundo em que vive e que incorpora uma força de transformação, uma *virtù*, suficiente para impor à fortuna os desígnios de um devir necessário: o “bem-comum” só será possível através de um Estado que exerça a dominação.

Na luta pela conquista desse devir, as condições materiais de existência se transformarão, e a moral da “não-ação” cairá no esquecimento da história de Florença:

Caminhamos para uma conquista certa, porque aqueles que nos poderiam impedir são desunidos e ricos: a sua desunião nos dará a vitória, e a sua riqueza, quando tornar-se nossa, nós a manteremos. Não se dexem desanimar por aquela antiguidade do sangue que eles dizem ter; porque todos os homens têm a mesma origem, são igualmente antigos; a todos a natureza fez iguais. Dispam a todos e vocês ver-se-ão iguais, vistam as vestes deles e eles as nossas e verão, sem sombra de dúvida, em nós a aristocracia e neles o populacho; porque somente a pobreza e a riqueza nos faz diferentes. Dói em mim perceber que muitos de vocês se arrependem de nossas ações por escrupulos e se sentem inseguros para continuar. Se isso é verdade, vocês não são os

homens que eu acreditava que fossem, porque nem a consciência nem a vergonha devem assustá-los. Aqueles que vencem não se preocupam com os meios que empregam e jamais se envergonham. Nós não podemos ouvir a voz da consciência; porque onde existe, como existe em nós, o medo da fome e cárcere, não pode nem deve existir o medo do inferno. Mas se vocês observarem o modo de proceder dos homens, verão que, todos aqueles que conseguiram grandes riquezas e grande poder, fizeram-se ou com fraude ou com violência, e depois de ter conseguido suas posses através desses meios, para esconder a torpeza de suas aquisições, mascaram-nas sob o título de conquista e ganho. Quem por pouca prudência ou por imbecilidade evita esses meios, afoga-se sempre na servidão e na pobreza; porque os criados fiéis são sempre criados, e os homens honestos são sempre pobres; ... (Maquiavel, 1927, p. 231-2, tradução do autor)

A realidade concreta italiana da Renascença, porém, impõe-se a Maquiavel. As forças da natureza afastam César Bórgia do concílio para a sucessão de Alexandre VI. Castruccio Castracani morre sem poder desfrutar a vitória sobre Florença. Os reverses da política se apresentam ao nosso autor, que se preparara durante toda a vida – cultivando a astúcia sem armas, formando-se na filosofia política – para exercer a função pública em um Estado moderno e que depois de um breve período não se apresenta como personagem confiável aos donos do poder.

Agradecimento

A Amneris Angela Maroni, pelos comentários realizados à primeira versão deste texto.

BIZELLI, J. L. The hours for the prince. *Perspectivas*, São Paulo, v. 15 p. 21-31, 1992.

- **ABSTRACT:** *This paper tries to understand the structure of the machiavelic thought through the tension that exists among some of this fundamental of political activity. In the case, the "will" of transformation of the authors who want the power and the historical determinations.*
- **KEYWORDS:** *Will; historical transformations; domination; State.*

Referências bibliográficas

- ANDERSON, P. *Linhagem do Estado absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
SCOREL, L. *Introdução ao pensamento político de Maquiavel*. Brasília: Ed. UnB, 1979.
GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
HORKHEIMER, M. *Origem da filosofia burguesa da história*. Lisboa: Presença, 1984.

LEFORT, C. *As formas da história*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

_____. A primeira figura da filosofia da práxis: uma interpretação. In: QUIRINO, C. G., SOUZA, M. T. S. R. (Org.). *O pensamento clássico: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu e Rousseau*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

MAQUIAVEL, N. *A arte da guerra, a vida de Castruccio Castracani, Belfago (o arquidiabo). O Príncipe*. 2. ed. Brasília: Ed. UnB, 1982.

_____. *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Brasília: Ed. UnB, 1979.

_____. *I sto ie fiorentine*. Milano: Istituto Editoriale Italiano, 1927. 2v.

_____. *O Príncipe*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

MARTIN, A. V. *Sociologia del renacimiento*. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1966.

ROUSSEAU, J. J. *Do contrato social*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.